

«A ORGANIZAÇÃO DE FORÇAS INTERNAS NAS REGIÕES AUTÓNOMAS TÊM A RESPONSABILIZAÇÃO DOS GOVERNOS REGIONAIS»

—Declarou Maria de Lurdes Pintasilgo em entrevista ao «Asas do Atlântico»

O programa comercial da «Musigrava» transmitiu ontem, pelas 13h30, na estação emissora do Clube Asas do Atlântico, uma entrevista com a primeiro-ministro Maria de Lurdes Pintasilgo.

A chefe do V governo constitucional respondeu a várias perguntas sobre a conjuntura política nacional.

Transcrevemos a essa entrevista a parte que se refere aos Açores.

A pergunta como via as relações Governo da República/Governos Regionais na construção das respectivas autonomias, respondeu Maria de Lurdes Pintasilgo:

—Pela experiência que tive até agora, claro que tenho tido contacto com os dois Ministros da República para os Açores e para a Madeira, que regularmente vêm a Lisboa, e tive já um contacto directo com o Dr. Mota Amaral, não tendo ainda tido contacto directo com o chefe do Governo da Região Autónoma da Madeira.

Devo dizer-lhe (e respondo assim, já de uma forma muito personalizada; que me parece que isso é importante, não se trata de uma posição teórica) devo dizer que na prática, vejo com uma expectativa muito positiva esse contacto.

A sessão de trabalho que tive com o Dr. Mota Amaral, considero-a da minha parte extremamente positiva. Também creio que foi essa a avaliação que o Dr. Mota Amaral fez.

Temos uma visão bastante semelhante quanto ao significado da autonomia em termos nacionais, em termos europeus, em termos universais. Quer dizer, eu considero que hoje há patrias, mas não há estados uniformes monolíticos; há patrias unifica-

das e eu penso que os Açores e a Madeira, como parte integrante de Portugal, são parte dessa pátria, mas não de um estado uniforme que fosse todo ele idêntico nas suas partes. Isso é um fenómeno que diz respeito não só a Portugal mas a toda a Europa, diz respeito, de uma forma institucionalizada, por exemplo, a um país como a Suíça, em que os 23 cantões funcionam de forma completamente autónoma. Diz respeito, já com uma certa tensão, a um país como a Bélgica em que há três sectores, três regiões que se podem considerar diferentes.

Vemos, nesta altura, na Europa, mesmo para a construção da Europa, o crescimento do movimento de autonomia regional.

Vejo a autonomia dos Açores e da Madeira, dentro do espaço territorial português, como fazendo parte desse movimento europeu que tem também um eco para além da Europa.

Daí que, ao ter encontrado no Dr. Mota Amaral preocupações bastante semelhantes (numa primeira conversa, claro; ainda há muitos aspectos concretos a analisar), eu possa dizer que as relações julgo que poderao ser sinceras, claras.

Evidentemente, o Governo Central

sempre com a preocupação de unificar (não no sentido de tornar monolítico e tornar tudo absolutamente uniforme, mas no sentido de tornar uno e coeso), e, por outro lado, os Governos Regionais com a preocupação da defesa da identidade cultural

que justifica a autonomia das regiões

E penso mais: que o nosso território continental ganhará muito também com uma regionalização que aliás, está consignada na Constituição, e que é, portanto, um aspecto

(Conclui na B.ª página)



"Açores
Oriental"

14/9/79



«A ORGANIZAÇÃO DE FORÇAS INTERNAS

(Conclusão da 1ª página)

pôr em prática (não poderá ser agora, durante o meu governo, porque é indispensável o funcionamento da As-

sembleia da República) mas penso que será um dos aspectos mais importantes ainda a pôr de pé até 1980».

«Tenho o maior interesse em contactar os Açorianos radicados nos Estados Unidos»

— O primeiro-ministro de Portugal vai falar na ONU no próximo dia 1. Pensa, aquando dessa sua deslocação aos Estados Unidos, ter contactos com as comunidades açorianas naquele país?

— Tenho o maior interesse. Os Estados Unidos são enormes e, como sabe melhor do que eu, as grandes colónias situam-se nas duas costas. Não será ainda desta vez que terei contacto com a costa ocidental, portanto, a zona toda da Califórnia, mas espero tê-la com os Estados Unidos limitrofes de Nova Iorque, em particular com o Estado de Massachusetts, com que mantenho relações parti-

cularmente amigáveis, justamente com o representante na Câmara dos Representantes, que é também uma senhora, e que tem uma grande preocupação pela população açoriana do seu Estado.

Não sei ainda — isso depende agora do Ministério dos Negócios Estrangeiros e do nosso cônsul em Nova Iorque — das condições que terei para um encontro eventualmente como açorianos representantes de Estados mais próximos ou no Estado de Massachusetts. Mas é óbvio que esse será um dos pontos altos do programa de estadia em Nova Iorque, embora muito curto, claro.»

«Qualquer perigo separatista parece-nos afastado num futuro próximo»

— Já no seu Governo, houve uma intervenção do Ministério dos Negócios Estrangeiros a obstar uma deslocação aos Açores dum congressista americano. O que é que houve, de facto, a volta deste problema?

— Houve, julho eu, uma certa impudência da parte do senador, que, aliás, não tem como objectivo qualquer ofensa a Portugal.

Como sabe, os americanos, sempre que alguma coisa está fervendo em qualquer ponto do mundo, têm uma atitude imediata de tentar ir e ver.

Julgo que, neste caso, tratava-se de uma preocupação idêntica (não vou tirar outras conclusões), mas naturalmente que para o Governo português, para o Governo central, (e o Governo dos Estados Unidos está perfeitamente consciente desta questão) há um certo número de limites ao contacto, não só nas regiões autónomas como também aqui, no continente, dos representantes dos órgãos do legislativo ou do executivo de qualquer país relativamente a problemas internos.

(O que se passou tinha um certo número de laivos de ingerência nos assuntos internos portugueses que não nos parecia muito oportuno.

De resto, repare que nem sequer foi precisa uma intervenção clara do Governo Português, na medida em que, mesmo dentro dos Estados Unidos,

houve um movimento — digamos — de autocorreção do processo. Até agora, as autoridades americanas têm manifestado sempre a maior compreensão. Visto de longe, é evidente que os Açores situam-se numa zona particularmente interessante do mundo, virados como estão para dois universos diferentes e, no entanto, complementares.

É claro que é muito natural que exista, mesmo ao nível cultural, perante o povo dos Açores, um interesse grande pelos Estados Unidos. Há laços enormes entre as famílias açorianas e famílias já radicadas...»

De resto, a população dos Açores é mais numerosa nos Estados Unidos e no Canadá do que propriamente nos Açores.

— Exacto. Mas o que eu acho muito interessante é manterem justamente essa característica de população açoriana, mesmo quando já radicados nos Estados Unidos e no Canadá.

Evidentemente que essa situação entre estes dois mundos significa uma certa tensão entre duas forças. Julgo que não é de ignorar esse problema. Eu não ignoro e penso que os meus colegas do Governo Central também não ignoram. Mas tão pouco o dramatizamos, porque sentimos que os valores culturais açorianos estão tão enraizados, há um laço tão grande

com Portugal que qualquer perigo separatista nos parece afastado, assim, num futuro próximo.

Por outro lado, conhecendo a política dos Estados Unidos, a política do seu governo, que nem sempre coincide com a política do Congresso (é que convém fazer uma distinção, e muito menos com a dos senadores, tomados

«Penso analisar todos os problemas que dizem respeito às Regiões Autónomas»

— Como primeiro-ministro de Portugal, como vê a existência dos dois movimentos nacionalistas — A FLAMA, na Madeira, e a FLA, nos Açores?

— Bom, repare que a organização de forças internas nas regiões autónomas têm, sobretudo, uma aprovação ou responsabilização do governo regional.

Julgo que, mais do que o Governo Central, os Governos Regionais estão em condições de medir o valor, o impacto, a importância da existência de forças que, eventualmente, tenham sinais opostos.

Dum ponto de vista meramente jurídico, dir-lhe-ia que me parece facilmente conciliável, com o respeito integral pela Constituição, a existência de grupos, em qualquer parte do país, que nem em si próprios nem em conjunto, enquanto tal.

Por outro lado, posso reconhecer que, em determinados momentos, haverá forças que se exprimem, ou por influência alheia ou também por carências, que muitas têm havido, de preocupação do Governo Central em relação às ilhas dos Açores e da Madeira, e que essas forças precisem dum certa expressão para que os governos centrais exerçam a sua responsabilidade dum forma mais séria e mais contínua. Não digo que não tenha sido séria, mas mais contínua.

Recordo-me, quando pela primeira vez, fiz parte de um governo, em 1974, sabia de algumas ilhas que não tinham sequer acesso a cuidados médicos no arquipélago dos Açores, e recordo-me da dificuldade que então encontramos, na tentativa de descobrir médicos que aparecessem como voluntários, para prestar serviço nas

«Aprenderia muito para toda a vida nacional num contacto com os Açores»

— Não pensa um dia visitar os Açores em visita oficial?

individualmente) a política americana, tao pouco, neste momento, a de interferir na soberania dum Estado com quem lhe interessa manter relações pacíficas e perfeitas.

Eu julgo que foi este tipo de questões que estiveram em causa no incidente que acaba de referir. E não foi mais do que isso.»

ilhas.

Ora, aqui está uma responsabilidade do Governo Central que me parece decisiva, e sem a qual se justificam depois o aparecimento de outras forças.

Mas, devo dizer que a situação concreta dos dois movimentos que referiu ainda não foi suficientemente analisada, nem pelo Governo Central, nem por mim em ligação com os Governos Regionais. Portanto, seria prematuro dizer mais.

— Pensa no futuro, numa próxima oportunidade, vir analisar a situação desses dois movimentos, em contacto com os Governos dos Açores e da Madeira?

— Eu penso vir analisar, com mais cuidado, todos os problemas que dizem respeito às regiões autónomas, e não apenas ao aspecto defensivo, no sentido de manter a integridade nacional. Não só por isso. Isso, sem dúvida, é um imperativo, que cabe a qualquer chefe de governo e que toda a gente compreende; mas porque considero, por um lado, que o povo dos Açores tem que encontrar, no Governo Central, um apoio e uma valorização dos seus recursos e das suas qualidades muito maior do que encontrou até agora; por outro lado, porque penso que a evolução da autonomia nos Açores e na Madeira podem ter uma grande influência na criação de regiões dentro do continente. Portanto, nesse sentido, quero levar, tanto quanto puder, o exame desta experiência, até ao fim das minhas próprias possibilidades de análise que o tempo me permitir e também do contacto com os Governos Regionais.»

— Só lhe posso dizer que gostava mesmo e que é uma das minhas



para a Região e, até, corre de esbulhar os seus recursos em projectos que não seria isoladamente.

O navio oceanogr

«SHACKLETON

no porto de Ponta Delgada

Chegou ontem de manhã de Ponta Delgada, para ser, o navio oceanográfico «Shackleton», de 994 toneladas e 43 tripulantes.

Procede de Cardiff e de Gibraltar.

O «Shackleton», que se encontra na Casa Bensaúde, deve lá chegar tarde.

Entrevista de Lurdes Pintasilgo causa agitação nos meios governamentais lisboetas

Segundo notícias chegadas de Lisboa, ontem à noite, as declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo causaram certa efervescência nos meios governamentais portugueses, e círculos próximos do Conselho da Revolução não ocultaram a sua estranheza por algumas das declarações.

Uma leitura atenta das declarações do Primeiro-Ministro não detecta razões para tais comentários, em nosso entender, o que torna ainda mais estranha a posição dos círculos lisboetas referidos. Mesmo as suas afirmações sobre os movimentos separatistas e a regionalização de algumas áreas do Continente não nos parecem conter nada de especial.

Um facto curioso e que, até ontem à noite, a ANOP não tinha distribuído qualquer noti-

cia sobre a entrevista de Maria de Lurdes Pintasilgo, transmitida ontem pelo «Asas do Atlântico», através do programa publicitário «Musigrava». A propósito, refira-se que os círculos, contactados ontem pelo «Açoriano Oriental», estranharam que o Primeiro-Ministro tivesse concedido uma entrevista a um programa comercial, com publicidade, o que, em nossa opinião, nos parece absolutamente aceitável, visto tratar-se de uma emissão de rádio com larga audiência e no qual são também tratados assuntos de interesse geral.

De qualquer forma, parece-nos muito significativo o ambiente criado em Lisboa à volta das declarações de Maria de Lurdes Pintasilgo.